



# Anais da Assembléia

N.º 167

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 257.ª SESSÃO ORDINÁRIA

### CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredodo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Leopoldo Jacomel, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara e Quielse Crisóstomo. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa da publicação na Ordem do Dia, dos Pareceres dos seguintes projetos:

- 1) Projetos de Lei números 02/76 - 106/76 e 147/76.
- 2) Projetos de Resolução números 260/76, 290/76, 315/76, 316/76, 317/76, 318/76, 319/76, 320/76, 321/76, 322/76, 323/76, 324/76, 326/76, 328/76, 327/76, 330/76, 331/76, 332/76, 333/76, 334/76, 335/76, 336/76, 337/76, 338/76, 339/76, 340/76, 341/76, 342/76, 343/76, 345/76, 346/76, 347/76, 348/76, 349/76, 350/76 e 351/76.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições

que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do médico, doutor DANIEL PORTELA.

O extinto foi Prefeito Municipal de Campo Mourão e, como suplente de Deputado Estadual, exerceu o mandato ocupando uma cadeira na bancada da extinta UDN.

Funcionário da Secretaria de Saúde ocupou, por muitos anos, o cargo de Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias.

Da decisão da Casa, uma vez aprovado o requerimento, requer-se, outrossim, seja dado conhecimento à família enlutada, residente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em Ata, de voto de regozijo pelo transcurso, do 24.º aniversário de instalação do pujante e próspero município de Peabiru.

Pede-se também, que da decisão do Plenário, se dê ciência ao Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Peabiru.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, ao Diretor-Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, solicitando os estudos necessários para a instalação de um serviço telefônico, no distrito de Turvo, município de Guarapuava.

A medida virá atender justa reivindicação dos operosos coestaduanos daquela próspera localidade.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando ponto livre aostaxisde nossa Capital.

Os pontos livres não devem ultrapassar 10 carros.

Os motoristas de taxi, que não são frotistas, são prejudicados com os magnatas que não dão condições aos menos favorecidos pela sorte.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 150/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo primeiro — Fica criado no município de Londrina, o Distrito Administrativo de MARAVILHA, com sede na localidade na Vila do mesmo nome e divisas seguintes:

“Começa na barra do ribeirão Taquara, no rio Tibagi, seguindo por este, abaixo até a barra do ribeirão Apertados;

por este acima até onde seu curso se aproxima do ribeirão Taquara, e desse ponto, com o rumo de 54° 30' NO, por uma linha seca e reta de 10.800 ms; e desse ponto, onde o mencionado ribeirão é atravessado por uma ponte, por ele abaixo até o ponto de partida destes limites; ao Norte com o distrito da sede da comarca e o município de Assaí; ao Sul com o distrito de Paiquerê; e a Oeste com os Distritos Judiciários de Irerê e Paiquerê".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sal a das Sessões, em 15 de dezembro de 1976.

(a) OSVALDO MACEDO

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusa documentação comprova plenamente o cumprimento das exigências contidas na Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios) em seu Artigo 3º, para a criação de Distritos Administrativos.

Verifica-se pois, que a atual Vila de Maravilha, do distrito de Irerê, do município de Londrina, possui as condições necessárias e indispensáveis à sua elevação à categoria de distrito administrativo, com o que se estará fazendo justiça à sua população pelo extraordinário esforço que vem desenvolvendo para o seu progresso.

Nessas condições oferecemos à elevada consideração de nossos Pares o presente plano de lei, cuja documentação anexa diz, por si só, de sua conveniência.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, para o Pequeno Expediente, por cinco minutos improrrogáveis.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para registrar o artigo transcrito no jornal "Diário do Paraná", na edição de hoje, sob o título: "NOSSA ALMA, NOSSA PALMA", que diz o seguinte:

"(Lê): "A grandeza do Paraná, se por um lado se deve à generosidade do seu solo, foi construída em termos efetivos, através da bravura e do pioneirismo dos seus filhos mais ousados.

Em tempo "record", diga-se de passagem, pois nenhum outro Estado apresenta, em sua história, marcas tão significativas. A riqueza da terra, revelada em números, estatísticas de produção cada vez mais surpreendentes, deu ao Paraná, um lugar de destaque na fraternidade brasileira.

E foram os homens que puseram esta riqueza ao solo,

os responsáveis pelo grande surto de progresso vivido por nossa terra. Há, sem dúvida, o trabalho braçal, o vigor dos imigrantes no empenho de suas técnicas, o sol a sol na lida significativa do trato da terra; mas, há também, um profícuo trabalho de liderança, sem a qual esta dádiva seria desperdiçada.

Estes líderes se transformaram em nossos Capitães de Empresas, isto é, nos homens que, arrastando toda a espécie de desafio, retêm, para o Paraná, o que aqui é produzido.

Por isto, merecem nosso respeito e merecem a nossa admiração.

Ninguém sabe bem com que intenção, corre vez por outra, tênue, mas insidiosa, uma campanha de descrédito em torno dos mais legítimos valores, como a que, agora é dirigida, sem atingi-lo, ou sequer roçar seu conceito, contra o Grupo Prosdócimo.

Mas o comando de nossas empresas continua firme, em mãos paranaenses, ignorando, e graças aos céus, o jogo dúbio de quem pretende aliená-los.

Não será agora, depois de vitórias consolidadas, que vamos abdicar nossas conquistas. Metas mais difíceis, do que as que estão por vir, já foram ultrapassadas sem medo e com grande galhardia.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, empreendi uma viagem a Cascavel, onde, a terceira turma de Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Cascavel, a FECIVEL, entregava ao Paraná, e ao meio cultural do País, a formatura de, em números redondos, 130 alunos de grau superior.

E é de estranhar, Sr. Presidente, que na minha cidade, onde existe uma sub-seção da Ordem dos Advogados do País, onde existem Sindicatos de Classes, dos mais respeitáveis, que congrega engenheiros, onde congrega odontólogos, pertinentes aos seus misteres, aos médicos, contabilistas, e tantos outros que congregam classes profissionais, diríamos, de curso superior, neste mesmo dia, um diretor da Faculdade, convocava, para composição da Mesa, tendo em vista que à reunião da congregação para a colação de grau daquela turma, haveria de estar presente o Chefe do Executivo, desde que o Executivo Municipal é um dos principais mantenedores daquela organização de ensino.

Lamentavelmente, o Prefeito Municipal não se encontrava presente, e depois de várias e insistentes chamadas por parte do diretor, comparecia o Secretário de Educação que se viu aos atropelos para atender à composição daquela Mesa.

Nota-se que realmente este Prefeito que era, e foi eleito pelo MDB, não podia mesmo permanecer nos quadros do MDB. Um homem sem responsabilidade adequada para o exercício do mandato, sobretudo do mandato executivo, onde se pretende dar ao executivo todo o fortalecimento, todo o poder, até, quem sabe, o poder de não comparecer.

Estranhou-me ainda, Sr. Presidente, que há uma nova classificação nos poderes da democracia, ditas pelo Diretor da Faculdade, da FECIVEL. 4 Poderes compõem a mesma: o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Militar e o Poder Eclesiástico.

É só para que o historiador do futuro possa fazer um justo julgamento dos que orientam o ensino do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). — Com a palavra, para o Grande Expediente, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que dispõe de 30 minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ao apagar das luzes de mais um período desta legislatura, pretendo, numa interpretação pessoal minha, e só minha, tecer alguns comentários a respeito do que me foi dado observar neste Estado do Paraná.

E começo de um conceito geral dos exemplos históricos. Entre os episódios mais violentos, sanguinários e importantes que o grande palco humano ofereceu à história, destaca-se o fato da Revolução Francesa.

Por ele, o homem civilizado ficou indelevelmente marcado, e pode-se afirmar que foi o passo fundamental para o surgimento do homem político.

Se ali rolaram cabeças nobres e detentoras de privilégios, foi porque viviam da exploração da classe popular, subjugada com pesados e insuportáveis sacrifícios.

A violência que fez rolar cabeças e inundou a França de sangue, foi gerada e originou-se a mais da insensibilidade e abuso da monarquia dominante que propriamente do sentimento de revolta da plebe.

Os nobres, os detentores do Poder de então, é que no acúmulo de ganância e prepotência foram criando e oferecendo condições favoráveis ao surgimento da grande hecatombe que sacudiu o mundo civilizado.

Tanto fizeram e tanto abusaram do povo que esgotaram os limites de tolerância e resistência que sempre a massa humana

na dispõe, antes de se entregar à violência e ao ódio.

Todavia, se violência houve, se a Revolução Francesa ceifou vítimas para a humanidade, ela foi um marco histórico importantíssimo que até hoje deve e é importante que se analise.

A Tomada da Bastilha, não foi apenas a soltura de presos, mas foi a declaração dos direitos do homem, que ficaram escritos, porque se reconheceu então a sua liberdade para pensar e também para agir.

A experiência histórica fornece ao homem uma norma de conduta: seja qual for o sistema dotado, qual o regime prescrito, porque como pessoa, como indivíduo, o homem em si deve ser um governado e jamais um governantes.

Verdade que sempre houveram duas classes em litígio: a dos governados e a dos governantes; a dos dirigentes e a dos dirigidos; a da minoria privilegiada e seleta, contra a grande massa heterogênea explorada e desinformada. Assim tem sido no curso da história porque o governantes, ao dispor da autoridade se esquece que ele também deve ser governado pelos altos interesses da comunidade e não por aqueles que favorecem a sua individualidade, em detrimento do bem comum.

"O EGOÍSMO, MEU IRMÃO, É A CAUSA DA SUPERIORIDADE CEGA E A SUPERIORIDADE GERA O ESPÍRITO DE CLÁ E O ESPÍRITO DE CLÁ GERA A AUTORIDADE QUE CONDUZ À HISTÓRIA E À SUBJUGAÇÃO". - Gibran.

Realmente este é o mecanismo que cria a classe dominante, a classe social que se arroga ares de superioridade, aquela que defende a idéia de que o povo - a grande massa social, não está preparada, nunca esteve e é fácil perceber que no conceito dos que se julgam superiores, jamais estará preparada para determinar-se. Vede a história: Foram dos abusos da nobreza russa que surgiram as condições favoráveis para a implantação da ditadura do proletariado, numa inversão brusca e repentina, onde a violência se fez presente e estabeleceu-se uma nova ordem social. Só o despotismo e abusos de um governo corrupto como o de Cuba, permitiu que a radicalização de Fidel Castro, empreendesse uma conquista do poder pelas armas e a implantação de um novo regime em que a violência do paredão se fez sentir, porém ninguém poderá negar que a Revolução Cubana aconteceu porque o povo lhe emprestou o apoio indispensável. A violência gera a violência. Um governo que ascende ao poder pela força e nele permanece pela força, é um simples barril de pólvora e, condições sempre surgirão para que alguém acenda o estopim da explosão.

## 2) OS EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA BRASILEIRA.

Verdade é que tais fatos históricos não podem servir de exemplos ao Brasil, pois o caldeamento de raças e a miscigenação do nosso homem brasileiro, determinou historicamente um comportamento avesso à violência. Ao menos o foi assim na História já escrita, porém naquela que se escreve nos nossos dias, a crise de violência parece ter tomado conta do homem brasileiro. As nossas revoluções foram, movimentos armados sem deflagração de tiros e os conflitos internos, via de regra, chegaram a soluções temporizadoras em que ambos os lados, em favor da paz interna e unidade nacional, abriram mãos dos radicalismo para o surgimento de uma terceira posição que pusesse fim a possível onda de violência entre governantes e governados. Alguns exemplos podem ser até destacados, desde a Inconfidência Mineira de Tiradentes, a Praieira do Nordeste, A Guerra dos Farrapos, A Revolução de Trinta, a Constitucionalista de São Paulo e o Movimento Armado de 64, este não foi escrito mas, está sendo. Mas o que interessa a nós brasileiros de hoje, é a história que vai ser escrita dos dias que vivemos e do futuro que legaremos aos nossos pósteros. Não estaremos nós governantes criando as condições da acatombe que poderá se abater sobre nossa pátria. Já nos interrogamos do que representa este surto de violência que está tomando conta de ponderáveis parcelas de nossa população? Aí está o crime organizado,

numa propagação inaudita entre nós. Aí estão as drogas e os tóxicos solapando o caráter e conduta da nossa juventude. Aí está a pornografia contaminando a tradição moralista da nossa família. Aí estão os assaltos a bancos e à mão armada, que nunca figuraram na vida brasileira, aí está o Esquadrão da Morte executando vidas humanas numa impunidade aterradora para nossa organização policial, aí estão os seqüestros, mortes violentas e crimes hediondos praticados por policiais e, agora, as autoridades e toda a Nação se interroga quem sejam os patrocinadores da AAB, que vem espalhando o terror contra pessoas e instituições? Isto sem falar no número de pessoas desaparecidas sem que se saiba seus destinos ou nos milhares de crimes insolúveis que abarrotam as repartições policiais, nas crescentes cifras de acidentes automobilísticos a ceifarem vidas humanas?

Muitos argumentam que tudo isso é próprio e consequência de uma transformação social que se opera entre nós, porém onde se encontrou o paralelo para estas afirmações? Onde copiou-se, por exemplo, o Esquadrão da Morte? Em que nação deste globo foi-se plagiar a escravatura dos bóias-frias, outro tipo de violência que se exerce contra a pessoa humana nesta terra?

A nossa era merece reflexão, mormente àqueles que estão hoje ocupando o poder. A escravatura foi abolida há dois séculos mas não se está a instituir hoje uma nova forma de escravatura com a existência dos bóias-frias, não se está hoje permitindo a proliferação da pobreza desenfreada com a mendicância e a marginalização dos milhões de menores abandonados hoje e, possivelmente criminosos amanhã? Nossos planos de habitação têm contribuído para estancar a proliferação de favelas? A nossa política econômica tem permitido a diminuição da pobreza? A austeridade do regime tem diminuído a corrupção, que em síntese é a mais expressiva forma de violência, porque é uma violência que se volta contra o caráter da pessoa, é uma violência que destrói os princípios que buscam e almejam o bem, a justiça, o direito?

## 3) QUAL A SITUAÇÃO NO PARANÁ.

Vivemos sem qualquer dúvida, num Estado dos mais ricos desta Nação, verdadeiro celeiro de produtividade. Entretanto ninguém pode ignorar que à medida que o tempo passa, os índices de pobreza da população paranaense aumentam geometricamente. Porém, aqui já não existe mais uma monarquia que se apresenta com cetro e coroa, como se fazia no passado. Todavia, não é necessário muito esforço para identificar-se a classe nobre deste Estado, aquela que detém e enfeixa o poder econômico e o poder político. Na verdade, um pequeno clã neste Estado, é detentora do poder e sob a roupagem da burguesia o poder econômico acoplou-se ao poder político, reservando para si os privilégios desta situação. Esta clã, que por vaidade se ungiu à administração, ao governo, à decisão, ao arbítrio de manipular soluções para um pedaço do território brasileiro, como se o fizessem com a mesma liberalidade que o fazem com suas propriedades privadas, em outras palavras, se está implantando gradativamente a corrupção do poder político com a força do poder econômico. Nota-se apenas alguns episódios que envolvem até os legislativos para ver-se a profundidade da vinculação destruidora que o poder econômico está causando neste Estado. A lei de reforma administrativa, verdadeiro atentado à prática legislativa, foi fruto de uma manobra do executivo deste Estado para favorecer uma empresa e cujo contrato até hoje não recebeu aprovação pelo Tribunal de Contas, cujo caso ficou conhecido como o da PROBEM.

A recente lei de "zoneamento" em Curitiba, foi dirigida para favorecimento de notórias empresas que se confundem com conhecidas figuras deste Estado. Mas o exemplo mais gritante e fácil de perceber, Sr. Presidente, é aqui dentro desta Casa, quando matéria importante está para ser votada e surgem controvérsias de posições, como são rápidas e precisas as notícias que os opositores já foram "devidamente acomodados", que

os discordantes, sejam eles deste ou daquele Partido terão "solucionados seus problemas", pois aqui neste Estado, parece que a descência cedeu lugar a tudo o que pode degradar a pessoa, a tudo que constitua respeito aos sãos princípios de honestidade e retidão.

A censura econômica imposta à imprensa deste Estado e realçada na CPI da Imprensa, levou a abalisados analistas cognominarem o Paraná, como a reminiscência do feudalismo político e burguês. Este feudalismo, mantido por uma verdadeira clã de privilegiados tem como dinastia a empresa privada e pública, pois a elas são guindados os pertencentes "à família da nobreza" num rodízio claro de nomes a cargos e funções públicas que permitem a manutenção dos privilégios, isto porque meia dúzia de empresários, se arrogou a onipotência e infalibilidade de estarem com a verdade, homens tão audaciosos e apegados ao poder, que fariam inveja ao próprio Maquiavél, com seus métodos de barrarem e cercearem a aproximação de próprios companheiros do poder. Uma casta de homens, que mudam de cargos, de secretarias, de funções, mas que estão sempre empoleirados na árvore governamental, é uma realidade a que não se pode fugir, é um clube restrito e fechado que obedece ao punho de ferro de um homem, cuja insopitável vocação para o poder, já se faz sentir a quase duas décadas neste Estado.

Todavia, se poucos realmente são os dirigentes deste clube do poder, um formidável quadro de associados lhe dá sustentação, e destas categorias de associados, algumas são por demais evidentes e para efeito de análise devem ser catalogadas. A categoria dos "EMPRESÁRIOS E EMPREITEIROS BEM SUCEDIDOS" que seja quem for governo dispõem de força suficiente para abocanhar os privilégios que a empresa conseguiu, com sua ficção no mundo dos negócios criar. Bem poucos é verdade, pois a maioria da classe empresarial deste Estado, como de resto do País se debate ante a crise econômica existente e os avanços imprevisíveis da inflação.

A categoria dos "SERVIÇAIIS DA CLASSE DOMINANTE" homens que como fantoches se consomem espiritual e fisicamente para defender os privilégios de poucos, sem perceberem que nada lhes ajuda e nada se lhes recompensa a não ser mingua-dos dividendos que lhes permitam a sobrevivência.

Como em todo governo despótico, também aqui estão presentes os BAJULADORES, sempre dispostos às incansáveis e ridículas laudatórias, apregoando e descobrindo virtudes inexistentes, que aliados aos SUBSERVIENTES, pessoas que se despersonalizam a cada episódio que são chamados a participar, compõem quase sempre o formidável séquito dos que esmolam as migalhas palacianas, do grande repasto que só aos dirigentes é dado usufruir e saborear.

Os INOCENTES ÚTEIS, compõem também uma ponderável leva de pessoas de bons princípios é verdade, mas que são manipulados facilmente pela informação desenfreada e autopromocional dos dirigentes, que alicerçados em tecnocratas inescrupulosos criam imagens de um paraíso terrestre de ficção e imaginário. Tais pessoas, dia mais dia menos verão que a miragem do deserto árido se extinguirá e que muitos talvez já não tenham mais condições de retroagir, face ao comprometimento que se vejam envolvidos.

"Esta análise, pessoal e do que tenho observado nestes dois anos de mandato, não exclui de forma alguma a crítica aos homens públicos, sejam eles de que partido o forem, pois tenho que reconhecer a acomodação de muitos companheiros, como se depois de 74, houvesse o compromisso com o povo se exaurido no simples fato da vitória eleitoral. No final do ano passado, nesta mesma tribuna, criticava o comportamento de muitos parlamentares e hoje vejo que posso repetir tais afirmações: no Paraná, o Poder Legislativo, ainda não soube conquistar para si o grau de responsabilidade que o povo, legitimamente lhe outorgou. Infelizmente tenho que concluir que o

Legislativo deste Estado, via de regra tem acompanhado a frondosa árvore governamental do Executivo, porque sistematicamente tem procurado ficar à sombra desta árvore, como se estivesse protegida dos raios solares que demonstram com clareza o abismo que se está criando na história deste Estado pela falta de atitudes viris e desassombradas.

Falo em árvore governamental do Paraná, Srs. Deputados, para servir-me do símbolo vegetal que se adapta com exatidão ao nosso triste exemplo, de termos uma árvore não de madeira de lei, consistente, rígida, imponente, e altaneira, mas dobradiça e flexível a tal ponto de se vergar até o chão, sempre que um vento de poder mais forte soprar de outras bandas e, quando isso acontece lá vai o nosso cabisbaixo Poder Legislativo à procura da sua sombra paternalista, pois me parece já perdemos a coragem de enfrentar o sol, de ver a clareza, de sermos Diógenes, a procurar homens honestos, pois o conceito de honestidade, até parece encabular os representantes do povo.

Na verdade, existem homens honestos, mas vicejou a tal ponto os expedientes de desonestidade e falcatura, de enganar acintosamente a vontade do povo, como os estereotipados ainda nas últimas eleições municipais, recomenda com prudência aborverem os exemplos para evitar-se maior desgaste perante a opinião pública.

Concluindo, Sr. Presidente, tenho para mim, que os que usam direta e indiretamente do poder para locupletar-se, para satisfação do egoísmo, incontroláveis e irrefreáveis ganâncias de poder, tenho para mim, que felizmente, constituem a clã diminuta deste Estado, que a cada dia que passa fica menor, porém, fica mais rica e com maior poder nas mãos, enquanto aumentam desenfreadamente o número de pobres.

Precatai-vos governantes, que o limite de tolerância e o grau de resistência deste povo pacífico e ordeiro, pode estar se exaurindo; cuidado senhores, nobres, que a população poderá repetir a história, pois a fome é o fósforo que acende qualquer estopim; pensai e pensai muito bem, porque ninguém deterá a hecatombe de um povo faminto e angustiado de esperança.

Não tripudiem com o sentimento da plebe que pode estar desinformada, mas que ainda tem vida e por isso continua e peleja.

Atentai para a advertência de Madison, quando ensina: "Na formação de um governo que deve ser administrado por homens sobre homens, a grande dificuldade consiste no seguinte: deve-se, primeiro, habilitar o governo a controlar os governados e, em seguida, obrigá-los a controlar-se."

Se o legislativo abdicou do direito e do dever de controlar e fiscalizar o governo — que controle rigorosamente os seus governados, não há razão para jactância e despotismo deste governo, eis que a frase de Rousseau ainda é atual, porque:

"O mais forte, nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, a menos que transforme a força em direito e a obediência em dever".

Mas, se isto acontecer, jamais escaparão da sentença de Lincoln, quando imortalizou esta verdade:

"Ninguém conseguirá enganar a todos durante todo o tempo".

E aos que hoje estão no poder, os que hoje se julgam superiores, insuflados de graças governamentais, recomendo, neste recesso do Legislativo, uma recapitulação mais atenta dos REVOLUCIONÁRIOS FRANCESES".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná já fez o apelo; a Imprensa, por ser turno, tem levado a público uma

apreensão que é mais do que deste Parlamento, pertence ao conjunto de servidores públicos do Estado do Paraná.

(Lendo): "Como dizia o bom mineiro, finalmente, o Governo definiu-se: "Não é contra nem a favor da limitação do aumento aos funcionários, muito pelo contrário..."

Esse, Senhores Deputados, os esclarecimentos que foram dados ao povo e à imprensa até o presente momento.

Quando um cidadão ingressa no Quadro do Pessoal dos Três Poderes do Estado, existe uma relação de trabalho que, como todas as outras, gera direitos e obrigações.

O direito do funcionário em ter o seu vencimento reajustado está expresso na Constituição Estadual.

Os alarmantes índices inflacionários, que segundo os cálculos dos técnicos da administração federal devem atingir a 46 por cento no corrente ano, já serviram de base para que os operários tivessem seus salários reajustados em mais de 40 por cento; já serviram de base para que os bancários tivessem seus vencimentos reajustados em mais de 40 por cento; assim como já serviram de base para que as autarquias e outras empresas de economia mista, entre elas o BADEP e a COPEL, concebessem reajuste aos polpudos vencimentos de seus diretores, em proporção semelhante àquele já concedido no mês de setembro, aos funcionários do Banco do Brasil, oportunidade em que devem ter sido aquinhoados, igualmente, os diretores do Banco do Estado do Paraná, nomeados pelo Governador do Estado.

No presente momento, esta Casa e a imprensa de todo o Paraná, aguardam esclarecimentos concretos sobre esse relevante assunto e a influência que teria sobre o reajuste de vencimentos dos servidores do Estado, a limitação de 20 por cento recomendada por dois Ministros da área federal.

Não devemos esquecer que esta Assembléia Legislativa representa o povo de nosso Estado e que por ele foram eleitos seus representantes que aqui tomam assento, os quais por unanimidade aprovaram requerimento pelo qual esses esclarecimentos foram encarecidamente solicitados.

Não devemos esquecer, mais do que nunca, a imprensa do Paraná, unida para obter e divulgar esclarecimentos que não chegam. Também é povo e deve ser ouvida e respeitada.

Essa identificação "data venia", é injustificável. O Governador já tem em mãos o orçamento na forma em que foi enviada Mensagem do Palácio Iguaçu, sem uma emenda, dada à maneira como tramitou ou deixou de tramitar nesta Casa, e não se pode conceber que somente agora vá ser estudado, como se divulgou.

O Governador já teve oportunidade de reunir-se em Brasília com os Ministros da Fazenda e do Planejamento, em data posterior à recomendação de que o reajuste para alguns Estados deverá girar entre 20 e 25 por cento.

O Governador, que anunciou demagogicamente antes das eleições que deixava de conceder abono provisório naquela oportunidade, véspera do pleito, para não parecer demagogia, também não o fez após as eleições, cujos resultados interpretou como vitória da ARENA e particularmente sua.

O único esclarecimento concreto, até agora, foi o RECONHECIMENTO de que o reajuste deverá ser procedido através de Lei e não por Decreto, fato que havíamos anunciado desta tribuna como impossível de ser concretizado dentro das normas legais, sem acompanhar os mesmos índices e a mesma época do aumento dos servidores federais, ou seja: 20 a 25 por cento, conforme se anunciou e a partir de 01 de março.

Para reajustar os vencimentos dos servidores estaduais num percentual justo, haverá de enviar Mensagem para esta Casa, propondo a vigência da Lei a partir de 01 de janeiro, o que, data venia, já poderia ter sido feito.

Ao contrário do que pensa o Governo, não é alentador saber-se que o aumento poderá ser concedido retroativamente depois de março com vigência a partir de janeiro.

Afinal, ao que parece, já passou a época de se trabalhar com os juro do dinheiro pertencente aos funcionários públicos, ou será que os três trilhões e seiscentos bilhões antigos, manuseáveis em razão do artigo sétimo do Orçamento, não é quantia suficiente para contentar o Chefe do Poder Executivo?

Outrossim, os talões de imposto da Prefeitura, com reajustes de até 500 por cento já estão sendo entregues e temos certeza de que o Sr. Prefeito não vai ordenar que o prazo para recebimento desses exorbitantes valores seja prorrogado para a mesma época em que os servidores estaduais tiverem seus vencimentos reajustados, isso sem falar nas pesadas taxas previstas para as anuidades escolares de 1977, cuja elevação já foi divulgada.

Se a Prefeitura tem pressa em receber o injusto, porque o Estado não se apressa em pagar o justo?

Que a voz do povo, manifestada através da sadia imprensa de nossa terra e desta augusta Assembléia Legislativa, seja ouvida, para o bem de todos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — A Mesa consulta a liderança da ARENA, se vai fazer uso do horário reservado à liderança. — (Pausa). — Tendo declinado, a Mesa consulta a liderança do MDB. — (Pausa). — Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 271/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 396/76, Mensagem número 127/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de AMAPORÃ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 272/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 397/76, Mensagem número 128/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 325/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 398/76, Mensagem número 129/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de FOZ DO IGUAÇU, com a intervenção do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 344/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 443/76, Mensagem número 145/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região

Sul – SUDESUL – objetivando estudos e pesquisas para elaboração de modelo de Organização Territorial ao Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 273/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 280/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 274/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 283/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PALMITAL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funciona DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 275/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 293/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Técnica de Contabilidade, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 276/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 308/76, Mensagem número 82/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 277/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BARRAÇÃO, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Doutor Mário Augusto Teixeira de Freitas, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 278/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 326/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO VITÓRIA, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual Casemiro de Abreu, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 279/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 329/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TAPEJARA, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 280/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 335/76, Mensagem número 92/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 281/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 344/76, Mensagem número 101/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 282/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 347/76, Mensagem número 104/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF. e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 283/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 351/76, Mensagem número 108/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 284/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 353/76, Mensagem número 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando execução de reparos no prédio da Delegacia de Polícia local. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 285/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 363/76, Mensagem número 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município

de ALTO PIQUIRÍ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GINÁSIO MANOEL BANDEIRA e o GRUPO ESCOLAR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 286/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 371/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de URAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL e o GRUPO ESCOLAR, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 287/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 375/76, Mensagem 110/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de FAXINAL, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 288/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 378/76, Mensagem 113/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o município de NOVA CANTU, objetivando construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 289/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 380/76, Mensagem 114/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o município de PORECATU, objetivando a construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 292/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 399/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CASCAVEL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA o Sexto BATALHÃO DA PME e o DÉCIMO DISTRITO DE SAÚDE, do município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 293/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 400/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORBÉLIA, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO,

artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 294/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 402/76, Mensagem 132/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de ITAGUAGÊ, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 296/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 409/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Nisia Floresta, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 297/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 411/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Alberico Marques da Silva e o Ginásio Estadual Fernando Azevedo. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 298/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 413/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de UMUARAMA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam Diversos Estabelecimentos de Ensino, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 299/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 414/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 300/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 415/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Planaltina do Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Guimarães Rosa, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 301/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 417/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o

município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam Estabelecimentos de Ensino, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 302/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 419/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PARANAVAÍ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Azevedo da Silveira, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 303/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 421/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CERRO AZUL, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 304/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 423/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IVAÍ, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 305/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 424/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de DOIS VIZINHOS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 306/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 425/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA ISABEL DO OESTE, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 307/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 427/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Veríssimo de Souza, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 308/76, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 429/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FLORAÍ, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 309/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 430/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SENGÊS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 310/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 432/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO AMAZONAS, objetivando a execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 311/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 434/76, Mensagem número 142/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de CRUZEIRO DO SUL, com os objetivos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 312/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 435/76, Mensagem número 143/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de IRATI, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação de pareceres de diversos projetos de lei e de resolução na Ordem do Dia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, ontem, do 24º aniversário de instalação do município de Peabiru. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do médico, Dr. Daniel Portela. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam efetuados estudos necessários para a instalação de um serviço telefônico, no distrito de Turvo, município de Guaruva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto

Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo a determinação de Ponto Livre aos táxis da Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhada ao Sr. Secretário da Segurança Pública, fotocópia da nota publicada na coluna "Politika", da edição do dia 11, do jornal "O PARANÁ", denunciando o recebimento de propina por parte da polícia, com referência a jogos proibidos. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à

hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 260, 273 a 289, 292 a 312/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 290, 315 a 324, 326, 328 a 343, 345 a 351/76 e de Lei número 106/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 02/76 e 147/76.  
Levanta-se a sessão.